

Política fiscal As estratégias seguidas pela Suécia e que não se aplicam em Portugal

Suécia acabará com economia paralela dentro de cinco anos

O Fisco sueco dispõe de poderosos instrumentos de investigação. Algo que, em Portugal, é tido há décadas como um atentado à “privacidade”

João Ramos de Almeida

Os responsáveis da autoridade fiscal da Suécia esperam que, dentro de cinco anos, a evasão fiscal deixe de ser relevante para as contas públicas do país, afirmaram ao PÚBLICO os responsáveis da unidade de planeamento e combate à fraude e evasão fiscais da Agência Tributária sueca.

“Dentro de 4 a 5 anos, talvez a evasão fiscal não seja mais um grande tema de debate. Na minha visão, acho que a evasão fiscal deixará de ser relevante”, disse ao PÚBLICO, em Estocolmo, Martin Solvinger e Lars Ake Leijkvist, dois dos dirigentes da Agência Tributária.

Esse objectivo será conseguido, em primeiro lugar, porque a economia paralela já é bastante baixa. Estima-se que seja apenas 10% do PIB, quando a de Portugal está acima dos 20% (OCDE). O hiato fiscal entre a receita potencial e a cobrada foi estimado, no Outono de 2007, em 133 mil milhões

5% É a percentagem do PIB que corresponde à diferença entre a receita fiscal potencial e a efectivamente cobrada

de coroas, ou seja 5% do PIB.

Em segundo lugar, essa eficácia parece dever-se aos meios de investigação atribuídos à autoridade tributária pela lei sueca. Algo que está a anos-luz do que se passa, por exemplo, em Portugal, onde reina a defesa da “privacidade” dos contribuintes.

“Se há uma suspeita sobre uma dada empresa, podemos ir aos bancos, pedir informação sobre esse contribuinte. E eles são obrigados a dar-nos”, afirma Martin Solvinger. “Não temos de a justificar, mas também não podemos fazer expedições para ver o que dá. Temos um extenso acesso a informação. E não depende de autorização do director-geral”. É o que se passa, igualmente, com os cartões de crédito.

Depois, o Fisco sueco tem ainda a liberdade de criar bases de dados dos contribuintes, que talvez assustasse a

comissão portuguesa de Protecção de Dados Pessoais. Mais recentemente, a Agência Tributária sueca alimentou a base de dados com elementos recebidos dos *offshores*, através de uma multiplicidade de acordos de troca de informação, que se têm revelado mais eficazes do que se esperava.

Finalmente, a justiça tributária sueca é mais severa e efectiva. Só entre 2005 a 2010, dos 4690 sentenças por crime fiscal, um terço correspondeu a penas de prisão efectiva (1028 prisões), outro terço a penas suspensas e 16% penas remíveis a multa. Já em Portugal, o Ministério Público tende a arquivar os processos de contribuintes que paguem os impostos em falta, o que reduz substancialmente o risco de ser apanhado. De 2005 a 2010, só houve 83 penas de prisão efectiva - 0,7% das 11743 sentenças por crime fiscal. Do total de sentenças, três quartos foram condenados a multas, houve 17,2% de penas de prisão suspensas e 1,3% com penas de prisão remível a multa.

Impostos directos pesam

Esta capacidade de procurar o rendimento não declarado e de punir pode contribuir para explicar as diferenças de repartição da receita fiscal entre a Suécia e Portugal. Enquanto que, em Portugal, a tributação sobre o rendimento é de apenas 40% das receitas cobradas, na Suécia chega aos 55%.

Outra das vantagens dos meios de investigação é a de “traçar um retrato mais efectivo dos grupos de contribuintes que podem estar a fugir aos impostos” e de aumentar a eficácia do trabalho do Fisco. Foi através dessa informação e de estimativas macro-económicas que, no final de 2007, se chegou ao mapa da evasão fiscal (ver ao lado). O PÚBLICO tentou perceber se em Portugal esse tipo de análise existe, mas não obteve resposta por parte do Ministério das Finanças.

“Este mapa permite dizer a estas pessoas que vamos olhar para eles e de certa forma influenciar o seu comportamento”, afirma Martin Solvinger. “E ajuda-nos a explicar as tendências ao Governo, aos contribuintes e ajudar o debate político”.

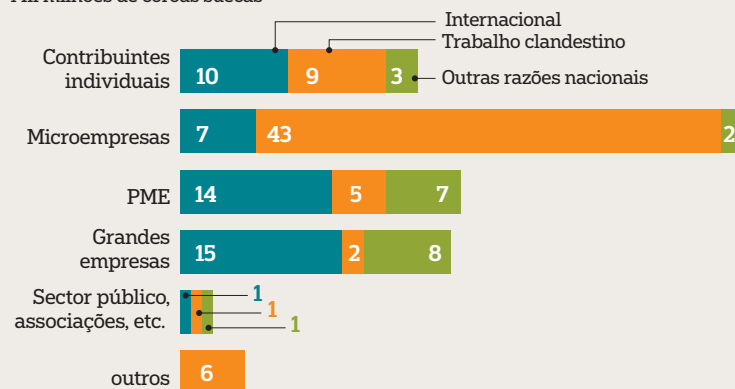
Na Suécia, os dados fiscais são públicos



Diferenças fiscais entre a Suécia e Portugal

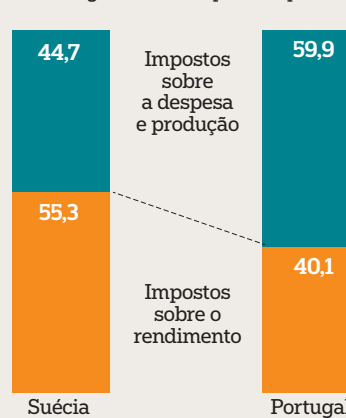
O mapa da evasão fiscal sueca

Mil milhões de coroas suecas



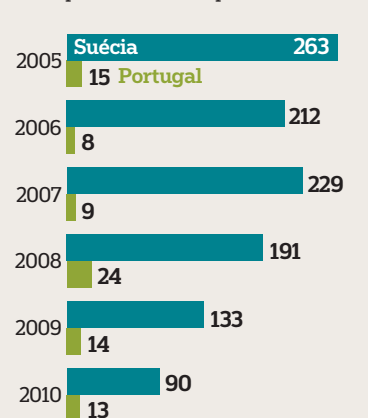
Na Suécia, o rendimento não foge tanto

Percentagem de cada tipo de impostos



A Suécia não tem medo de prender

Nº de prisões efectivas por crimes fiscais



Fonte: INE, Ministério da Justiça, Agência Tributária sueca

Os responsáveis da autoridade fiscal sueca estão conscientes de que os valores do mapa estão desactualizados. “A sensação que temos é a de que a componente internacional está demasiado baixa”, afirma Martin Solvinger. Mas não devem andar muito longe da realidade - os seus valores estão próximos da média dos países nórdicos.

Dados fiscais são públicos

Em terceiro, há um elemento que é estranho em Portugal, onde o sigilo fiscal é protegido por lei. Toda a informação fiscal na Suécia é pública.

Cada decisão tomada pelo Fisco pode ser conhecida. “O que quer dizer que se estivermos a auditar um restaurante, uma empresa, e detetarmos que estiveram a esconder rendimento ou o que seja, fazemos um ajustamento e quando essa decisão for enviada ao contribuinte é pública, para que toda a comunidade saiba”, afirma Martin Solvinger.

Quem os quiser conhecer, tem apenas de se deslocar aos serviços fiscais. “É possível pedir que tipos de decisões foram adoptadas para uma dada empresa, um dado contribuinte ou, por exemplo, todas as decisões da última semana”. Há um terminal em que a informação é consultável.

Isso traz vantagens? “Sim e não”, responde Martin Solvinger. A divulgação poderá melindrar alguém em particular. Mas as vantagens ligam-se à responsabilidade social. É já uma tradição que, em Agosto e Dezembro

JONATHAN NACKSTRAND/AFP



Para combater o trabalho clandestino Quando o Fisco sueco sai à rua consegue resultados

● Um dos problemas principais na Suécia é o trabalho não declarado, sobretudo no comércio e na construção. No início, o Fisco tentou usar métodos indirectos para determinar a facturação efectiva, mas tinham fracos resultados em tribunal. A Agência Tributária sueca arranhou então uma forma rápida de combater o trabalho clandestino. Mas teve de enviar os seus inspectores para a rua.

Criou-se um livro em que diariamente o dono do estabelecimento tem de indicar quem está ao serviço nesse dia e o livro terá de estar acessível aos fiscais que batam à porta.

“Temos feito muito deste tipo de inspecções. O que é interessante é que, quando a legislação foi introduzida em 2007, fomos pelas ruas e detectamos que havia restaurantes que nem estavam registados”, conta Martin Solvinger, um dos responsáveis da administração fiscal sueca pelo combate à fraude e evasão fiscais. “Mesmo em 2006, antes da legislação ser aprovada, o número de empresas registadas subiu exponencialmente, apenas porque comunicámos o que íamos fazer. Com esta estratégia que apenas toma alguns minutos ao nosso fiscal, conseguimos realizar oito visitas por dia. Arrecadámos muitas receitas fiscais.”

Só nos restaurantes, conseguiram legalizar 6 mil postos de trabalho. “E o mais importante para o Fisco sueco foi que, pela primeira vez, os proprietários dos restaurantes encontraram-se com um inspector fiscal. “Por isso, foi essencial treinarmos os inspectores, para saberem como se comportar e lidar com as pessoas. Esforçamo-nos muito. É que ele não é só um inspector: é um embaixador da administração fiscal”, conti-



A Agência Tributária Sueca faz visitas anónimas a restaurantes para verificar se os recibos eram dados

nua Martin Solvinger. “Vão fazer-lhe perguntas sobre reembolsos fiscais e o inspector terá de estar preparado para encaminhar a questão para a pessoa adequada. Foi uma forma de construir confiança junto dos contribuintes”.

Também ajudou a cooperação com a associação dos comerciantes - interessada em combater a concorrência desleal. “Essa foi a chave do sucesso para a introdução de caixas registadoras certificadas”. Cada caixa registadora tem uma *black box* que pode ser desconectada da caixa registadora. “Ainda não descobrimos ninguém que tenha sido capaz de ‘entrar’ nela. Mas o principal risco não é o de manipulação da *black box*, mas precisamente o de a facturação não ser registada. Procedemos da mesma

forma que com os livros dos restaurantes, mas também fizemos visitas anónimas. Para ver se estão a dar recibos aos clientes, os inspectores fingiram que eram clientes para verificar se lhes era dado recibo. E estimar a dimensão dos recibos que não eram integrados na contabilidade”.

Quantas pessoas colocou o Fisco na rua para essa operação? “Em 2010, colocámos muitas pessoas. Era um compromisso que fazíamos não só com o Governo, mas também com os comerciantes. A associação dos comerciantes esperava que realizássemos uma operação em larga escala porque era a forma de dar a conhecer a nova legislação e pôr na ordem as pessoas que não a aplicavam. E progressivamente fomos diminuindo o número de visitas. No primeiro ano, tivemos 50 mil visitas, o que é muito já que o número de comerciantes é de 80 mil. Quase todos foram visitados.”

Mas a estratégia de longo prazo é reduzir os esforços no sector comercial. E isso porque - sustenta-se - trata-se de pequenas empresas com pequenas evasões fiscais. O fulcro da evasão não se encontra aí. A ideia é, no longo prazo, concentrar os esforços da administração fiscal em zonas mais complexas de evasão, como a construção. “Porque é aí que está a maior parte das fugas. E isso está a prejudicar mais a sociedade do que o comércio”, afirma Martin Solvinger.

Ministro não mexe no Fisco

Na Suécia, o Fisco tem um estatuto diferente do português. É autónomo e estabelece as suas próprias missões, sem o aval da decisão política.

“O ministro das Finanças não pode dar ordens ao director-geral sobre matérias fiscais”, explica o PÚBLICO Lars Ake Leijkvist, director do planeamento. “As suas decisões apenas se expressam pela mudança da lei e alterações especiais, mas não podem interferir no funcionamento da administração fiscal.”

A Agência Tributária sueca passou, há anos, por um processo de fusão semelhante ao português. Mas ao contrário de Portugal, todo o processo demorou mais de um ano a debater-se. Apesar de “algumas culturas diferentes entre regiões, não houve muitos problemas”, conta Leijkvist. O equilíbrio encontrou-se com a atribuição de missões centrais às regiões. Estocolmo passou a liderar as transacções internacionais. A região Oeste a actividade comercial.

Essa solução decorre muito da forma sueca de trabalhar. Ninguém impõe nada vindo de cima. Isso é bom porque quando se inicia não é uma surpresa. A desvantagem é que pode ser um longo processo de decisão.

Lars Ake Leijkvist ironiza: “A Suécia é um país muito frio, por isso temos de cooperar para sobreviver no Norte”.

Euronext Lisboa

Nome da Empresa	Var%	Fecho	Última Sessão			Performance (%)			
			Volume	Abertura	Máximo	Mínimo	5 dias	2012	
PSI-20									
PSI-20 INDEX		2,13	5611,370	77113862	5518,050	5619,930	5507,740	3,03	2,13
Altri SGPS SA	-1,42	1,183	48080	1,200	1,200	1,182	1,182	4,17	-1,42
Banco BPI SA	1,46	0,488	451852	0,495	0,496	0,486	0,486	10,83	1,46
Millenium	5,15	0,143	65144572	0,138	0,143	0,138	0,138	21,43	5,15
B. Espirito Santo	0,07	1,351	1781025	1,350	1,366	1,320	1,320	22,73	0,07
Banif-SGPS	0,29	0,341	169231	0,342	0,346	0,341	0,341	0,29	0,29
Brisa	3,34	2,630	339509	2,579	2,639	2,555	2,555	2,13	3,34
Cimpor SGPS	-0,32	5,300	93359	5,254	5,323	5,254	5,254	5,14	-0,32
EDP	2,89	2,460	1896880	2,413	2,469	2,409	2,409	2,62	2,89
EDP Renováveis	0,74	4,763	417489	4,642	4,790	4,640	4,640	4,83	0,74
Galp Energia	3,16	11,740	271318	11,490	11,760	11,430	11,430	-2,98	3,16
J Martins SGPS	1,84	13,025	152170	12,855	13,060	12,800	12,800	2,24	1,84
Mota Engil	1,45	1,050	49701	1,035	1,050	1,035	1,035	0	1,45
Portugal Telecom	0,92	4,491	986607	4,475	4,510	4,421	4,421	-1,11	0,92
Portucel	1,69	1,870	143888	1,806	1,874	1,806	1,806	6,3	1,69
REN	-0,81	2,093	68955	2,110	2,110	2,084	2,084	11,82	-0,81
Semapa	1,86	5,470	10988	5,400	5,477	5,390	5,390	0,04	1,86
Sonaecom SGPS	1,56	1,234	108578	1,244	1,264	1,215	1,215	3,67	1,56
Sonae Indústria	3,62	0,658	81806	0,635	0,658	0,635	0,635	4,96	3,62
Sonae	1,96	0,468	650819	0,465	0,470	0,459	0,459	2,23	1,96
ZON Multimedia	6,37	2,470	4247035	2,283	2,500	2,283	2,283	11,85	6,37
Outros									
Banco Popular	1,14	3,540	312	3,500	3,550	3,500	3,500	0,29	n.d.
Cofina SGPS	-2,63	0,740	28501	0,710	0,770	0,710	0,710	40,74	-2,63
Corticeira Amorim	3,7	1,400	4699	1,400	1,400	1,310	1,310	6,3	3,7
E. Santo Financial	0	5,150	21200	5,150	5,180	5,130	5,130	-0,77	0,0
Fut. Clube Porto	-4,17	0,460	40	0,460	0,460	0,460	0,460	-4	-4,2
Fisipe	-8,33	0,110	5000	0,110	0,110	0,110	0,110	-7,69	-8,3
Lisgráfica	0	0,030	40000	0,030	0,030	0,030	0,030	0	n.d.
Impresa SGPS	-2,13	0,460	3681	0,460	0,460	0,450	0,450	17,5	-2,1
Inapa-Inv. P. Gestão	-7,14	0,130	84947	0,130	0,140	0,130	0,130	7,69	-7,1
Martifer	0,93	1,090	7160	1,070	1,090	1,070	1,070	-0,92	0,9
Novabase SGPS	0	2,090	800	2,130	2,130	2,090	2,090	4,5	0,0
Glantt	0	0,120	226509	0,110	0,130	0,110	0,110	9,09	0,0
F Ramada Invest	1,27	0,638	6400	0,638	0,638	0,638	0,638	14,55	1,3
Reditus SGPS	2,31	3,990	278	3,990	3,990	3,990	3,990	-2,26	2,3
Banco Santander	2,42	5,930	62616	5,850	5,990	5,840	5,840	0	2,4
S. Costa	5,41	0,390	83100	0,380	0,400	0,380	0,380	19,35	5,4
Toyota Caetano	-2,5	3,900	2565	3,900	3,900	3,900	3,900	11,11	-2,5
Benfica-Futebol	-5,8	0,650	440	0,630	0,650	0,630	0,630	6,15	-5,8
Sumol Compal	5,88	1,260	30500	1,240	1,260	1,240	1,240	-3,25	5,9
Sonae Capital	-3,7	0,260	525713	0,240	0,260	0,240	0,240	28,57	-3,7
SAG Gest	7,14	0,450	700	0,420	0,450	0,420	0,420	-10,64	7,1
VAA Vista Alegre	0	0,070	17617	0,070	0,070	0,070	0,070	16,67	n.d.

Fonte Reuters. Notas: 1) PSI Geral apenas com os títulos que foram transaccionados 2) Informação disponibilizada não dispensa a consulta das fontes oficiais.

Mercado Monetário Cambial

Euro à Vista

Moeda-Sigla	Um euro igual a		Var. % (a)%
	02.01.12	Anterior	
Dólar dos EUA USD	1,2927	1,2938	-0,085
Dólar canadiano CAD	1,3189	1,32	-0,083
Real do Brasil BRL	2,4161	2,41	0,253
Libra esterlina GBP	0,8339	0,8339	0,000
Franco suíço CHF	1,215	1,2145	0,041
Coroa dinamarquesa DKK	7,4323	7,4322	0,001
Coroa norueguesa NOK	7,7395	7,7365	0,039
Coroa sueca SEK	8,9259	8,9145	0,128
Coroa checa CZK	25,473	25,545	-0,282
Zloty polaco PLN	4,4658	4,4655	0,007
Forint húngaro HUF	313,45	314,6	-0,366
Lev búlgaro BGN	1,9556	1,9556	0,000
Lira turca TRL	2,4497	2,4375	0,501
Iene japonês JPY	99,44	99,53	-0,090
Dólar australiano AUD	1,2645	1,2651	-0,047
Dólar de Hong Kong HKD	10,0406	10,0487	-0,081
Pataca de Macau MOP	10,3313	10,3439	-0,122
Rand da África do Sul ZAR	10,4479	10,4368	0,106
Esc. de Cabo Verde CVE	110,203	109,908	0,268

Fonte Cotações indicativas do Sistema Europeu dos Bancos Centrais (SEBC). (a) = apreciação do euro; - depreciação do euro

de cada ano, os jornais se enchem de dados fiscais de figuras públicas, listagens de contribuintes que ganham acima de um dado rendimento.

E para a eficácia da agência, seria melhor ser secreto? “É um *mix*. A confiança ganha-se porque se mostra como trabalhamos. É dessa forma que influenciámos o contribuinte normal, da rua. ‘Eles estão a apontar para quem foge aos impostos e isso faz-me confiar e aceitar pagar os meus’. Porque um dos principais problemas do contribuinte normal é saber que os que fogem são apanhados e julgados em tribunal”, explica Martin Solvinger.

O mesmo se passa com as decisões sobre a interpretação da lei. Em Portugal, é frequente haver decisões contraditórias porque nem todas as decisões são publicitadas. E os fiscalistas queixam-se da demora nos esclarecimentos. Na Suécia, todas as decisões adoptadas pelo Fisco são conhecidas e publicitadas no *website*.

“É a nossa interpretação. Mas o contribuinte pode não concordar, dar razão aos seus advogados e tentar a correcção dos actos da Autoridade. E é o tribunal que decide. E nesse caso teríamos de a corrigir.”

Estes são apenas alguns elementos que poderão ajudar a nova Autoridade Tributária e Aduaneira portuguesa, que, desde 1 de Janeiro de 2012, fundiu as três direcções gerais da administração fiscal - a DGCI, a DGAIEC e a DGITA.